

"Acordo deve garantir o desenvolvimento do País"

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

"O Brasil não mudou de posição: queremos um acordo que garanta o desenvolvimento do País ou então não haverá continuidade no processo." A declaração é do líder do PMDB no Senado Fernando Henrique Cardoso, a propósito das negociações que se desenvolvem em Nova York com os bancos credores privados. Na qualidade de relator, ele participou ontem da sabatina à qual se submeteu o presidente do Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira, na Comissão da Dívida Externa, realizada a portas fechadas.

O PMDB, conforme colocou, "tem dado caução às negociações externas". Fernando Henrique ouviu mais uma vez de Milliet a afirmação de que o acerto perseguido com a comunidade bancária internacional se fará sem vínculos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas também foi informado de que um acordo com o Fundo poderá ser considerado na etapa em que o País vier a negociar a dívida contraída junto a agências financiadoras governamentais, no âmbito do Clube de Paris.

FMI

"O Brasil possivelmente terá dificuldades em descartar o FMI quando for negociar com as entidades ligadas ao Clube de Paris", foi o que também ouviu de Milliet o senador pelo PDS-CE, Virgílio Távora. A explicação do Poder Executivo para justificar a resistência do governo em atrelar o acordo dos bancos a um entendimento com o FMI reside no receio de que o eventual não cumprimento, da parte do País, das cartas de intenções que normalmente fazem parte dos esquemas de monitoramento daquele organismo internacional venha a botar por terra todo um compromisso de refinanciamento dos juros externos que se pretende extrair dos credores privados para 1988 e 1989.

De modo geral, os senadores consideram que o processo de entendimentos em torno da dívida bancária está sendo bem encaminhado — "tenho a reconhecer que eles (a equipe econômica do governo) têm cabeça", nas palavras do senador Virgílio Távora —, mas fica patente que a questão do FMI ainda não foi inteiramente deglutida pelos políticos nesta era da transição democrática.

POSICÕES OPOSTAS

Dois senadores de um mesmo partido, o PFL, que até há pouco tempo funcionava como sustentáculo político do governo, defendeu a respeito do FMI posições diametralmente opostas. O líder do PFL no Senado e presidente da Comissão da Dívida Externa, Carlos Chiarelli, admite que o País venha a recorrer ao FMI depois que tiver acertado o acordo com os bancos privados, mas não

recomenda que se aceite o que chama de "cláusulas tradicionais". Diz ele que "a fórmula tradicional de monitoramento do FMI não convém aos interesses do Brasil". Já seu colega de partido, o senador e ex-ministro da Educação, Jorge Bornhausen, acha que a presença do FMI deveria ser considerada mesmo nas negociações com os banqueiros privados. "Não podemos depender da opinião de um único partido (no caso, referia-se ao PMDB) e temos de avaliar o que o FMI nos pode dar para discutirmos suas vantagens e desvantagens", atestou ele, criticando a posição do governo de descartar a participação do FMI no acordo que se pretende firmar com os bancos internacionais.

De qualquer modo, os senadores foram informados pelo presidente do Banco Central de que o entendimento em torno do depósito inicial de US\$ 1,5 bilhão — o Brasil entraria com cerca de US\$ 500 milhões e os bancos com o restante US\$ 1 bilhão, como demonstração de boa vontade para que as negociações possam prosseguir — ainda não estava pela manhã totalmente acertado em seus detalhes.